

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Em Tempo nº 49

Class.: Am-Desmatamento

Data 06.02.79

Pg.: 3 A DER 0024

# Manaus se organiza em defesa da Amazônia

**“As coisas não vão ficar assim. Isso ainda vai feder muito”, anuncia o romancista Márcio de Souza, preocupado com os contratos de risco de exploração madeireira. Hoje a cidade inteira está mobilizada. A defesa da floresta assume a perspectiva de luta de massa. Os ânimos da população se acirraram. Novos atos públicos estão marcados na cidade, assim como a formação de centros de estudos e realização de debates sobre os problemas da Amazônia.**



Márcio de Souza

Por Marcelo Beraba

A entrega da floresta amazônica aos grandes grupos multinacionais já é fato consumado. O anúncio recente de contratos de risco para a exploração de madeira da região é apenas a tentativa de oficialização do desmatamento que já ocorre diariamente. A divisão dos seus quilômetros quadrados já está feita e a desculpa de que a venda de seu potencial madeireiro pagará a dívida externa é falsa e não passa de apelo ideológico.

De passagem pelo Rio, onde apresentou a peça «Tem piranha no pirarucu» — sobre a zona franca de Manaus —, o jornalista, romancista e teatrólogo Márcio de Souza, dos poucos intelectuais brasileiros que pensam de forma sistemática sobre o problema da Amazônia, denunciou os projetos da FAO e do IBDF de venderem a madeira da região como criminosos. E, com bom humor, propõe:

— Já que o Simonsen não mete a mão no fogo pela mãe de ninguém, por que não vende a própria mãe pra pagar o raio desta dívida?

Em Manaus, a notícia da Folha de S. Paulo denunciando os estudos da FAO e do IBDF que

Um senhor humilde que mora nas periferias de Manaus foi procurar Márcio de Souza no dia seguinte para saber se as árvores que cultiva no quintal, árvores frutíferas, iam entrar na transação. O impacto não ocorreu apenas em Manaus mas em todo o Amazonas.

É como vender um pedaço da bandeira nacional, garante o teatrólogo. O projeto é uma espécie de fim de linha de um país, os estertores de uma nação. Principalmente para o Brasil que começou sua história vendendo madeira e acabando com as florestas de pau-brasil. Vamos terminar como começamos.

Márcio de Souza confessa que ainda não tem informações precisas sobre os contratos de risco — que, de riscos, não terão nada. Mas considera a proposta tão estapafúrdia e fora de propósito como a do lago imaginado pelo Instituto Hudson dos Estados Unidos. Ele afirma que mesmo se considerado sob a ótica burguesa e capitalista, o projeto é um absurdo. Ou melhor, vários absurdos.

Primeiro, pelo desperdício de madeiras de lei ainda não conhecidas que seriam devastadas sem

projetos agropecuários. Neste sentido, o primeiro fato a ser ressaltado é o de que a Amazônia já está entregue às multinacionais desde o Governo do General Castello Branco e sua «Operação Amazônica».

Data deste período os primeiros projetos multinacionais que hoje ocupam imensas extensões de terra de forma predatória e inconstitucional. São os projetos Jari (do bilionário americano Ludwig), o da Liquegás (que exporta diariamente de avião para a Europa toneladas e toneladas de carne abatidas em suas fazendas do Mato Grosso), o da Bordon (americano), da Brasecan (canadense, ex-proprietária da Light, em Rondônia), da Volkswagen, da Sberpenberg (grupo americano) e tantos outros.

Em 1966, quando o velho Ludwig começou a investir na região com grandes incentivos governamentais, o então Ministro do Planejamento Roberto Campos, afirmou, clinicamente: «Só um louco como Mr. Ludwig investiria na Amazônia». Pois esta loucura já lhe rendeu bilhões e bilhões de dólares. Assim como, por exemplo, a Swift Armour que, com a a Deltac Panamerican Ltda e a King Ranch of Texas (que possuem 176 mil ha de fazendas em Mato Grosso), começou a investir em gado em 1969 e hoje já controla 30 por cento de nossa exportação de carne.

Estas empresas precisam, hoje, ampliar com urgência suas áreas de criação. Várias delas estão tendo ou já tiveram problemas de multas por desmatamento ilegal, como a Volkswagen. Os contratos de risco seriam, portanto, inicialmente, uma forma de legalizar estes desmatamentos.

Por outro lado, interessaria também aos grandes grupos madeireiros, com capitais do centro-sul e internacionais, que precisavam de uma maior área de mobilização para seus projetos. Alguns destes grupos (que são principalmente do Paraná e de São Paulo) são donos de grandes extensões de floresta, como o grupo Moss, do Paraná, proprietário hoje de praticamente todo o município de Airão, no Amazonas, onde substituiu a floresta natural por floresta artificial de pinheiros.

O projeto de contratos de risco para a exploração da madeira da Amazônia oficializa, portanto, o desmatamento da região com a desculpa de que beneficiará o próprio país. E o IBDF — órgão responsável por nossa política florestal — lava as mãos, se orgulha de que em 1975 foram desmatados 11 milhões e meio de hectares da Amazônia (o equivalente a quatro projetos Jari ou a quatro Béglicas) e lava as mãos em nome da «felicidade geral da nação». O pagamento da dívida externa é apenas um apelo ideológico.

O anúncio dos contratos de risco para a exploração da madeira da Amazônia neste momento é, na opinião de Márcio de Souza, uma espécie de balão de ensaio do Governo para sentir a reação da população. Para isso, ele aproveitou um momento de desmobilização: os estudantes estão de férias, o Congresso está em recesso, a população estava mais preocupada com as festas de fim de ano e os jornais em adivinhar o ministério Figueiredo.

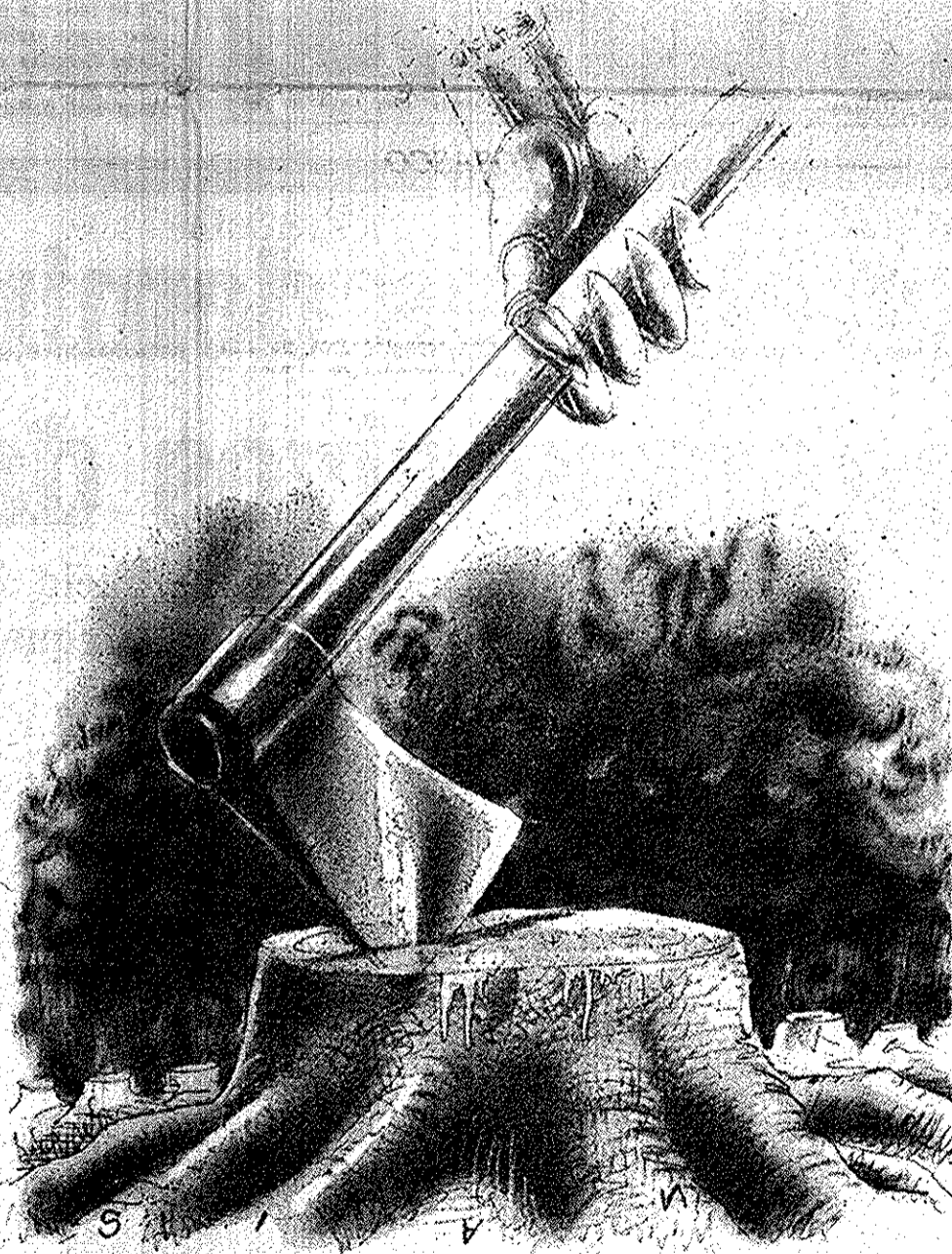
— Mas as coisas não vão ficar assim, garante Márcio de Souza. Não vai ser fácil a ditadura levar adiante este projeto. As coisas já começaram a feder. Não sei como está no resto do país, mas em Manaus já começamos a responder.

E a primeira resposta na capital do maior Estado da região ocorreu uma semana depois, em fins de dezembro. Como sempre, foi reprimida pela polícia, que proibiu uma passeata de protesto organizada por diversas entidades de preservação da natureza, grupos culturais, centros acadêmicos, o setor jovem e autêntico do MDB e a própria Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Mesmo assim estas entidades fizeram uma manifestação nas escadarias da Igreja da Matriz e tiveram de enfrentar uma Polícia Militar armada com metralhadoras, rifles que lançam bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, escudos de acrílico e pistolas 45 — um aparato semelhante ao das outras polícias de Estados mais desenvolvidos e com recente tradição de mobilização de massa, como São Paulo e Rio. Seis pessoas foram presas.

Esta foi a primeira manifestação de rua em Manaus desde 1968 contra a ditadura. Pela violência da repressão, a população, indignada, começou a discutir ainda mais seriamente o projeto do Governo, agora partindo do raciocínio de que realmente algo de muito grave deveria haver por trás de tanto furor.

Novos atos públicos estão marcados na cidade, assim como a formação de centros de estudos e a organização de ciclos de debates sobre os problemas da Amazônia. Hoje, a cidade inteira está mobilizada. A defesa da floresta assume a perspectiva de luta de massa. Depois da passeata e da repressão, os ânimos da população se acirraram e as discussões que se restringiam ao circuito universitário virou papo de botequim.

— Repito, as coisas não vão ficar assim. Isso ainda vai feder muito.



propõem a exploração do imenso potencial madeireiro da Amazônia na forma de contratos de risco provocou verdadeira comoção, segundo Márcio de Souza, principalmente entre os trabalhadores e as famílias pobres.

— O que resta para o povo de lá são as árvores — afirmou. Do ponto de vista psicológico, a floresta é vital para o amazonense, que considera a floresta sua propriedade, embora ela não o seja mais há algum tempo.

O anúncio, confirmado no dia seguinte por técnicos que participavam de um Congresso sobre reflorestamento, pegou o povo desprevenido. Embora a discussão a respeito da internacionalização da região e de sua entrega às multinacionais e da forma predatória como vem sendo ocupada e explorada seja cada vez mais ampla e rotineira, a denúncia como que materializou todas as suspeitas e as transformou em projeto concreto e imediato.

Como tudo que diz respeito às explorações de nossas riquezas e aos projetos de saques e banditismos do Governo, a exploração da Amazônia e os projetos mais recentes estão envolvidos num véu de mistério e são acobertados por mentiras e falsos argumentos.

— O que existe de mais concreto, explica Márcio de Souza, é a denúncia da Folha, depois corrigida, e os estudos da FAO, organismo internacional da ONU, e do IBDF. Imagine o impacto na cidade: «vão vender a floresta amazônica para pagar a dívida externa».

qualquer aproveitamento pelo mercado internacional. Este mercado classifica hoje 30 espécies de madeira de lei encontráveis na Amazônia. Márcio afirma que naturalistas e botânicos acreditam que existam pelo menos 150 novas espécies que teriam bom preço no mercado mundial e que ainda não são conhecidas. Um levantamento completo destas espécies levaria pelo menos 20 anos.

— Devastar estas espécies seria irracional, inclusive sob o ponto de vista da «racionalidade» burguesa — afirma.

Além disso, mesmo que resolvesse explorar a floresta passando por cima deste argumento, os exploradores levariam dezenas de anos para levantar uma quantidade que realmente pagasse a dívida externa, hoje no valor de bilhões de dólares. Isso, mesmo com a tecnologia mais avançada. Porque se fosse fazer o abate das árvores usando a tecnologia de hoje teriam de provocar a migração de cerca de 20 mil nordestinos que levariam pelos menos 50 anos para devastar a região.

São números absurdos para um raciocínio absurdo em cima de um projeto absurdo.

Na verdade, afirma Márcio de Souza, o interesse maior das multinacionais, no momento, não é exatamente a exploração desta madeira mas a oficialização, via contratos de risco, dos desmatamentos que elas já vêm fazendo na Amazônia e que são imprescindíveis para a expansão de seus